

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>NOME</b>	<b>JOSÉ PAULO VIEIRA DUQUE</b>
<b>NOME PROFISSIONAL</b>	<b>JOSÉ PAULO VIEIRA DUQUE</b>
<b>CONTACTO TELEFÓNICO</b>	<b>222 085 314</b>
<b>E-MAIL</b>	<b>jpvieiraduque@vd-adv.com</b>
<b>DADOS PROFISSIONAIS</b>	
<b>Atividade profissional atual</b>	
<b>ADVOGADO</b>	
<b>Resenha do Percurso Profissional</b>	
<p>- ASSISTENTE DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (ATÉ 1990)</p> <p>- ASSISTENTE E PROFESSOR NA UNIVERSIDADE LUSÍADA (LISBOA E PORTO) E NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA PORTO</p> <p>- CONFERENCISTA E PARTICIPAÇÃO COMO DOCENTE NA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PORTO E LISBOA), EM CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO E EM CURSOS DE Mestrado em Direito. ARGUENTE EM PROVAS DE Mestrado em Direito da Contratação Pública – UNIVERSIDADE CATÓLICA LISBOA</p> <p>- PARTICIPAÇÃO COMO DOCENTE EM CURSO DO CEDRIPE – CONTRATAÇÃO PÚBLICA- UNIVERSIDADE COIMBRA</p> <p>DIRECTOR DOS SERVIÇOS JURÍDICOS DO GRUPO MOTA &amp; COMPANHIA (ABRIL 1994 A MARÇO 2001) - CONSULTOR JURÍDICO E ASSESSOR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO MOTA-ENGIL (MARÇO DE 2001 A JUNHO DE 2003)</p> <p>SÓCIO GERENTE DA “VIEIRA DUQUE &amp; ASSOCIADOS”.</p>	
<b>Experiência Arbitral</b>	
<p>- COMO ADVOGADO EM ARBITRAGENS DE OBRAS PÚBLICAS OU CONCESSÕES DE SERVIÇOS E/OU OBRAS, DE VALOR ELEVADO (DE DEZENAS DE MILHÕES DE EUROS)</p> <p>- COMO PRESIDENTE OU MEMBRO DE TRIBUNAIS ARBITRAIS, DESDE 2003 ATÉ AO PRESENTE EM CERCA DE DUAS DEZENAS DE CASOS: QUER ARBITRAGENS “AD HOC”, QUER SOB A ÉGIDE OU CORRENDO NO CENTRO DE ARBITRAGEM COMERCIAL (CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA) OU DO INSTITUTO DE ARBITRAGEM COMERCIAL (PORTO).</p>	
<b>Áreas de exercício preferencial</b>	
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO, EM ESPECIAL CONTRATAÇÃO PÚBLICA; E EM ESPECIAL EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CONCESSÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS</p> <p>CONTRATOS DE EMPREITADA CIVIS E ADMINISTRATIVOS</p> <p>DIREITO IMOBILIÁRIO</p>	
<b>Trabalhos Publicados (áreas)</b>	

- 1 - “Os Vícios do Acto Administrativo no Direito Espanhol”, policopiado, Biblioteca da Faculdade de Direito, 1984.
  - 2 - “A Referenda Ministerial”, (Dez. 1984), publicado em Revista Jurídica, AAFDL, nºs. 11,12,13 e 14.
  - 3 - “Contributo para uma reconsideração do problema da Nulidade do Acto Administrativo no Direito Português” – Volume I, policopiado, 1986, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
  - 4 - “Sobre a determinabilidade do desvalor jurídico de acto administrativo ofensivo de direitos fundamentais – Introdução”, policopiado, Biblioteca da Faculdade de Direito, 1988.
  - 5 - “O direito de propriedade privada como direito subjectivo público fundamental”, policopiado, Biblioteca da Faculdade de Direito, 1988.
- 6- Direito Administrativo – Casos Práticos, AAFDL, Lisboa 1990, em colaboração com o Professor Fausto de Quadros e os Drs. Alexandre Albuquerque e Luís Sousa da Fábrica.
- 7-“Portugal e os achados marítimos de valor histórico e arqueológico”, publicado in Estado e Direito (Revista Semestral Luso-Espanhola de Direito Público), nºs. 7-10 (1991-1992).
- 8- “Nota Sobre o Projecto de Diploma sobre o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas”, Parecer do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados sobre o Projecto de Diploma do Governo, Setembro de 2005, publicado também no nº 1 da Revista Reflexões da Universidade Lusófona do Porto.
- 9 – «A Resolução Alternativa de Litígios e o Contrato de Empreitada de Obras Públicas: dos quatro RJEOP ao novo CCP», in “A Arbitragem Administrativa e Tributária: problemas e desafios”, coord. Isabel Celeste Monteiro Fonseca, 2018
- 10 – “Empreitada de obra pública: notas específicas do contencioso (perspectiva histórica e “modernidade”: a litigiosidade como negócio?)”, in Actas do II Congresso Internacional de Compras Públicas, NEDIP; 2017

**Idiomas Profissionais: PORTUGUÊS, ESPANHOL, FRANCÊS; INGLÊS.**

**Associação/Ordem Profissional**

**Ordem dos Advogados**

Declaro para os efeitos previstos no disposto no art.º 13.º do Regulamento Geral de Protecção de Dados (EU)2016/679 do P. E. e do Conselho de 27 de abril (RGPD) prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais pelo Instituto de Arbitragem Comercial.

Data : 18 de Maio de 2021

Assinatura :




ASSOCIAÇÃO  
COMERCIAL  
DO PORTO

